

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

PROPOSTA ORÇAMENTAL

NOTA EXPLICATIVA

2011



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Índice

1.	Nota.....	4
1.1.	Segurança Cooperativa – Forças Nacionais Destacadas.....	4
1.2.	Desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Mar	5
1.3.	Reforma da Estrutura Superior da Defesa Nacional e modernização das Forças Armadas	6
1.4.	Política de Cooperação na Defesa Nacional	7
1.5.	Política de apoio aos Antigos Combatentes e deficientes das Forças Armadas.....	8
2.	Síntese Histórica	10
2.1.	Estrutura das Despesas da Defesa.....	10
2.2.	Estrutura Orgânica.....	11
2.3.	Despesas de Funcionamento.....	12
3.	Proposta de Orçamento da Defesa Nacional para 2011	13
3.1.	Análise Geral.....	14
3.2.	Despesas de Funcionamento - Análise Sectorial	17
3.2.1.	Gabinetes dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte.....	17
3.2.1.1.	Gabinetes dos Membros do Governo	18
3.2.1.2.	Serviços Centrais de Suporte	18
3.2.1.2.1.	Despesas com o Pessoal	19
3.2.1.2.2.	Manutenção e Funcionamento	19
3.2.1.2.3.	Transferências	19
3.2.1.2.4.	Forças Nacionais Destacadas.....	20
3.2.1.2.5.	Despesas com compensação em receita	21
3.2.2.	Estado-Maior General das Forças Armadas	22
3.2.3.	Marinha	24
3.2.4.	Exército.....	26
3.2.5.	Força Aérea	28
3.3.	Despesas de Investimento.....	30
3.3.1.	Lei de Programação Militar	30
3.3.1.1.	Serviços Centrais de Suporte	31
3.3.1.2.	EMGFA.....	31
3.3.1.3.	Marinha	32
3.3.1.4.	Exército.....	32
3.3.1.5.	Força Aérea	32
3.3.2.	Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares.....	34
3.3.3.	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.....	35



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Sumário Executivo

- A dotação global atribuída à Defesa Nacional para 2011 ascende a 2.197,9 M€, dos quais 2.068,1 M€ são destinados aos Serviços Integrados e 140,5 M€ aos Serviços e Fundos Autónomos, prevendo-se ainda que as transferências entre subsectores atinjam os 10,7 M€.
- Este quantitativo representa 4,6% das Despesas da Administração Central e 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Em termos de classificação funcional das despesas do Estado, a Defesa Nacional registará, em 2011, 1,6% do (PIB), sendo, aliás, a componente responsável pelo ligeiro acréscimo que se verificará no conjunto das “Funções Gerais de Soberania”.
- A distribuição da dotação global atribuída aos Serviços Integrados, por grupo de despesas, é a seguinte:

Un.: euros

Grupo de Despesas	Quant.	Peso (%)
Pessoal	1.091.380.578	52,77%
Investimento	320.518.859	15,50%
Funcionamento	316.230.853	15,29%
Transferências	26.481.109	1,28%
DCCR	238.469.474	11,53%
FND	75.000.000	3,63%
Total	2.068.080.873	100,00%

Notas:

DCCR - Despesas com Compensação em Receita.

FND - Forças Nacionais Destacadas.

- A distribuição da dotação global por Departamentos é a seguinte:

Un.: euros

Departamentos	Pessoal	Investimento	Func. ⁽¹⁾	DCCR	Quant.	Peso (%)
MDN/SCS	85.538.092	102.709.806	132.569.577	119.956.881	440.774.356	21,31%
EMGFA	32.257.332	3.786.330	8.192.091	1.055.000	45.290.753	2,19%
Marinha	289.413.994	92.357.876	100.519.079	33.668.592	515.959.541	24,95%
Exército	476.656.909	53.564.424	93.716.333	43.307.001	667.244.667	32,26%
Força Aérea	207.514.251	68.100.423	82.714.882	40.482.000	398.811.556	19,28%
Total	1.091.380.578	320.518.859	417.711.962	238.469.474	2.068.080.873	100,00%

⁽¹⁾ - Inclui as verbas relativas às Transferências e FND.

Nota:

SCS - Serviços Centrais de Suporte.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

1. Nota

O presente documento pretende complementar a informação inserida no Orçamento do Estado para 2011, na parte respeitante ao Ministério da Defesa Nacional, e reflecte as orientações expressas no Programa do Governo, com os objectivos de garantir a segurança do Estado e dos cidadãos, projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz, numa lógica de segurança cooperativa.

Com estes objectivos, atentas as restrições inerentes ao necessário esforço para a consolidação das contas públicas, mas nunca perdendo de vista que o contexto de segurança e defesa caracteriza-se por uma multiplicidade de ameaças e riscos não convencionais, foram privilegiados os seguintes aspectos ao nível das políticas de defesa nacional: i) o empenhamento no acompanhamento e participação em acções de Segurança Cooperativa, nomeadamente através das Forças Nacionais Destacadas; ii) o desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Mar; iii) a reforma da estrutura superior da Defesa Nacional e a política de modernização das Forças Armadas; iv) a cooperação técnico-militar de âmbito bilateral, com destaque para os países africanos de expressão portuguesa, mas compreendendo também outros países, designadamente na área do Magrebe e no continente europeu; v) as políticas de apoio aos antigos combatentes e aos deficientes das Forças Armadas.

1.1. Segurança Cooperativa – Forças Nacionais Destacadas

Enquanto membro activo da UE, Portugal reafirmará o seu empenhamento em colocar-se na primeira linha da construção da Política Comum de Segurança e Defesa, incluindo a participação em missões militares sob comando da UE no quadro da futura cooperação estruturada permanente, prevista pelo Tratado de Lisboa.

As relações externas de Defesa continuarão igualmente a privilegiar a participação empenhada na NATO e nas parcerias que ela estrutura, tendo como referência o Direito Internacional e as deliberações das Nações Unidas.

No ano de 2011, as Forças Nacionais Destacadas estarão presentes, entre outros teatros, no Afeganistão, nos Balcãs, no Líbano e na África Oriental.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Neste sentido, importa realçar o esforço que será levado a cabo em 2011, com a manutenção das dotações previstas para as Forças Nacionais Destacadas, que ascendem a 75 M€.

1.2. Desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Mar

A Estratégia Nacional para o Mar (ENM) deve ser entendida como um Projecto Nacional que promova *“a mobilização dos sectores científicos e empresariais, ligados ao mar, e da sociedade civil em geral, assente na promoção do crescimento económico, numa visão integrada sobre os vários sectores, no princípio do desenvolvimento sustentável e da preservação da natureza, e assumindo o enquadramento internacional das políticas, em especial ao nível da Política Marítima Europeia”*.

Assim, o Governo continuará a procurar dinamizar esta Estratégia de modo a elevar o mar a prioridade nacional nos próximos anos, especialmente no que respeita às áreas relacionadas com a sua dimensão económica.

Para obter os resultados desejados, pretende-se continuar a apostar fortemente no conhecimento do mar, para assim se poderem avaliar as suas potencialidades em termos de exploração dos recursos marinhos. Este conhecimento será obtido através de campanhas levadas a efeito no âmbito do projecto de extensão da plataforma continental, mas também de outras iniciativas que a comunidade científica entenda concretizar neste contexto. Este conhecimento servirá para alimentar os projectos sobre a recolha e armazenamento de dados que deverão ser desenvolvidos através de uma Política Nacional de Dados do Oceano.

Continuar-se-á a divulgar e a dinamizar o projecto *“Kit do Mar”*, de modo a envolver cada vez mais comunidades estudantis do ensino secundário e a sensibilizá-las para a necessidade de preservar o mar como um recurso de inquestionável valor para Portugal.

Por outro lado, é intenção do Governo ajustar a ENM às novas realidades, nomeadamente através da integração da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e da Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMAM) numa única estrutura, gerando economias significativas nos custos de funcionamento e canalizando mais recursos para o financiamento das actividades.

Um primeiro projecto decorrente da ENM, a desenvolver em 2011, será a continuação da elaboração do Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo e dos documentos complementares relativos aos regimes necessários de licenciamento dos usos e actividades ainda não existentes no espaço marítimo.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Deverá ainda ser impulsionado o papel do Fórum Empresarial da Economia do Mar como entidade dinamizadora das iniciativas que venham a ser desenvolvidas no âmbito da economia do mar.

Continuar-se-á a acompanhar a situação da segurança no sector da pesca, analisando os progressos alcançados com a criação da Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens do Mar.

No que respeita à segurança balnear, será elaborada uma estratégia integrada de prevenção e segurança para as actividades realizadas nas praias, piscinas e recintos de diversão aquática, no seguimento do recomendado pela Assembleia da República.

Em 2011, será prioridade avançar com a participação portuguesa no projecto europeu da Política Marítima Integrada, onde se insere a Estratégia para o Atlântico, merecendo especial relevância o projecto de vigilância *BlueMassMed*.

Finalmente, a implementação da Estratégia da CPLP para os Oceanos constitui um importante projecto de envolvimento e empenho nacional, no sentido de desenvolver os assuntos do mar de forma integrada e proveitosa para todos. A base de trabalho será o instrumento orientador aprovado na reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar, realizada em Portugal, em Março de 2010, onde constam iniciativas prioritárias. Portugal assumirá uma posição de liderança, apoiando os países que mais precisem de ajuda no desenvolvimento das iniciativas aprovadas.

1.3. Reforma da Estrutura Superior da Defesa Nacional e modernização das Forças Armadas

Em 2009, ficou concluída a reforma legislativa da Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Em 2010, foram dados passos importantes na sua concretização, nomeadamente com a finalização da reestruturação do Ensino Superior Militar (criação do Conselho do Ensino Superior Militar) e com o início da Reforma da Saúde Militar (criação do Conselho de Saúde Militar e organização de serviços hospitalares conjuntos, de modo a melhorar os cuidados prestados aos militares e à família militar, respeitando e valorizando, também nesta dimensão crucial, a condição militar).

Em 2011, importa prosseguir com os trabalhos necessários para a concretização da reforma, sob as orientações e prioridades a observar no processo de implementação das reformas resultantes ou subsequentes ao novo enquadramento legislativo, tal como definido pela “Directiva Ministerial para a Implementação da Reforma” – *Despacho n.º 7770/2010*.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Paralelamente a modernização das Forças Armadas passa, ainda, pela modernização de equipamentos e infra-estruturas. Dando continuidade à política desenvolvida nos últimos anos, mas atendendo também ao quadro orçamental que marca o triénio 2011-2013, a Lei de Programação Militar será revista de forma a alinhar o calendário financeiro com as necessidades decorrentes dos programas em execução e ajustar o programa de novas aquisições às disponibilidades orçamentais e às necessidades inventariadas para a edificação de capacidades. A modernização das Forças Armadas passa assim por tirar partido dos investimentos realizados, entre outros, com a aquisição das fragatas Classe M, dos submarinos Classe Tridente, das viaturas blindadas de rodas 8x8, dos carros de combate, dos helicópteros EH-101 e das aeronaves C295, com a participação no programa cooperativo dos helicópteros NH-90 e na modernização das aeronaves F-16 e P3-C.

1.4. Política de Cooperação na Defesa Nacional

No domínio da cooperação, serão mantidas e aprofundadas as acções com os parceiros tradicionais de Portugal e especialmente com os países africanos de expressão portuguesa e Timor-Leste, concretizando os programas-quadro da Cooperação Técnico-Militar, e ainda com os países que integram áreas regionais com interesse estratégico para Portugal, designadamente o Magrebe, quer a nível bilateral quer no âmbito da Iniciativa 5+5.

Relativamente à Cooperação Técnico – Militar, implementar-se-ão os programas-quadro e os respectivos projectos com Angola, Moçambique, Cabo Verde e Timor-Leste e será renegociado o programa-quadro com São Tomé e Príncipe; procurar-se-á dar resposta a novas solicitações por parte dos países africanos de expressão portuguesa, e também de Timor-Leste, nomeadamente no âmbito da componente naval das suas Forças Armadas.

O crescimento em número e qualidade da cooperação com o Magrebe encontra-se concretizado através de planos indicativos trienais de cooperação bilateral de defesa, já estabelecidos com os países daquela região, nomeadamente com Marrocos, a Argélia, a Tunísia e a Líbia. Quanto à cooperação com a Mauritânia tirar-se-á partido do primeiro acordo de cooperação celebrado em Outubro de 2010.

Ao nível europeu, importa realçar os esforços de cooperação que têm vindo a ser estabelecidos com a Espanha e que marcam um novo tempo nas relações de cooperação entre os dois países.

Em termos orçamentais, as verbas previstas para as actividades de cooperação na área da defesa atingem os 6,5 M€, representando uma ligeira descida (2,5%) em relação ao



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

orçamento inicial de 2010, situando-se ainda assim num patamar qualitativamente superior ao dos anos anteriores a 2010.

1.5. Política de apoio aos Antigos Combatentes e deficientes das Forças Armadas

As políticas de apoio aos antigos combatentes e aos deficientes das Forças Armadas valorizam as questões relacionadas com aqueles que, no âmbito militar, serviram o País e que, por essa razão, se deve reconhecer, dignificar e apoiar.

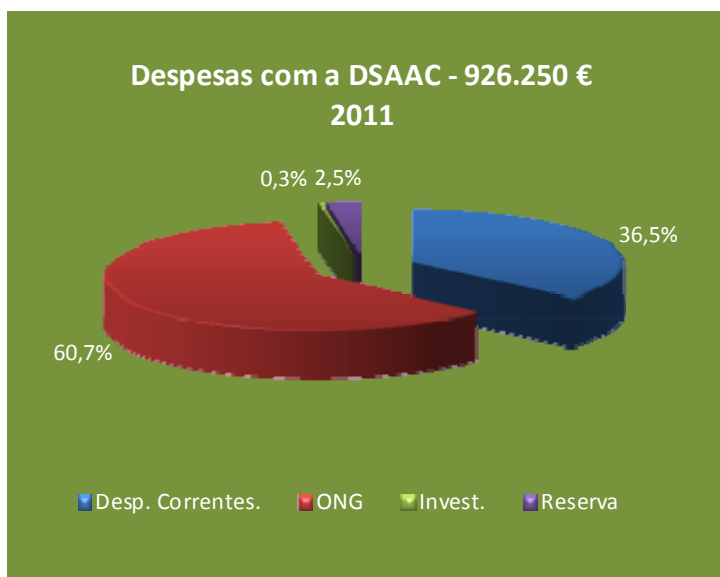
Importa assim garantir o aperfeiçoamento da rede nacional de apoio do stress pós-traumático de guerra, em articulação com as associações dos Antigos Combatentes e o Serviço Nacional de Saúde, razão pela qual se prevê um aumento do montante destinado ao programa de apoio a ex-militares vítimas de *stress* de guerra e pós traumático em 12,4%. Acresce ainda o facto de, em 2011, a dotação atribuída ao Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) ser equivalente à dotação de 2010, configurando em termos relativos, um reforço da aposta política da acção social aos militares e aos deficientes das Forças Armadas.

Para cumprimento das linhas orientadoras da política de apoio aos Antigos Combatentes será desenvolvido em 2011, através da Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes (DSAAC) da Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, um conjunto de acções, de entre as quais se destacam: i) a elaboração de estudos permitam agilizar os procedimentos necessários para acesso à Rede Nacional de Apoio e garantir um adequado tratamento aos que dele precisam; ii) desenvolver estudos tendo em vista a criação de uma rede de cuidados continuados integrados, no âmbito dos equipamentos de saúde e apoio social da Defesa Nacional e de acordo com as especificidades do cidadão militar e ex-militar; iii) processar e digitalizar os requerimentos entregues, por Antigos Combatentes emigrantes, advogados, bancários e solicitadores, procedendo ao posterior envio dos dados informáticos da Base de Dados dos Antigos Combatentes para os regimes de Segurança Social.

Relativamente ao orçamento afecto à DSAAC, o gráfico seguinte sintetiza os quantitativos propostos para o próximo ano de 2011, por agrupamentos.



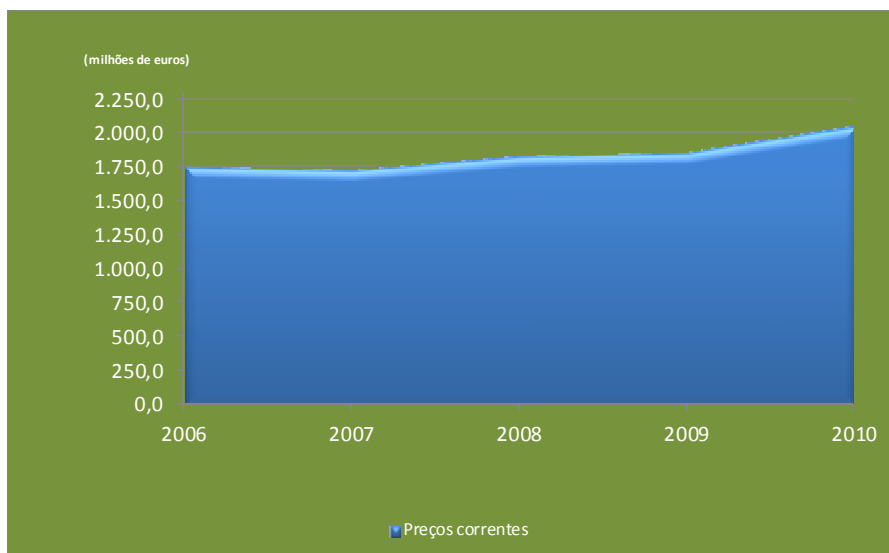
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL





2. Síntese Histórica

No período de 2006 a 2010 o Orçamento da Defesa Nacional (ODN), a preços correntes, apresenta uma tendência ligeiramente crescente, como se evidencia no gráfico seguinte.



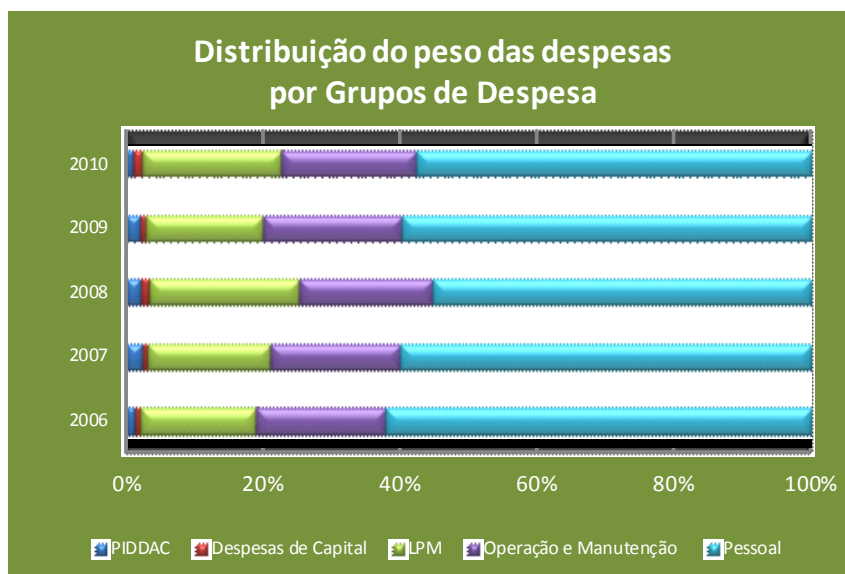
2.1. Estrutura das Despesas da Defesa

O quadro e gráfico seguintes evidenciam o peso de cada uma das componentes que integram o ODN, merecendo destaque o facto de os encargos com Pessoal representarem cerca de 60% ao longo do período analisado. Seguem-se as despesas com Operação e Manutenção e as despesas de Investimento suportadas pela Lei de Programação Militar, ambas com pesos relativos de cerca de 20%. As despesas no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e as despesas de capital têm pouca expressão no orçamento global afecto à Defesa Nacional.

	2006	2007	2008	2009	2010
PIDDAC	1,3%	2,4%	2,2%	2,0%	1,1%
Despesas de Capital	0,8%	0,7%	1,1%	0,9%	1,3%
LPM	16,9%	17,9%	21,9%	16,9%	20,1%
Operação e Manutenção	18,8%	18,9%	19,4%	20,4%	19,7%
Pessoal	62,2%	60,2%	55,5%	59,8%	57,7%



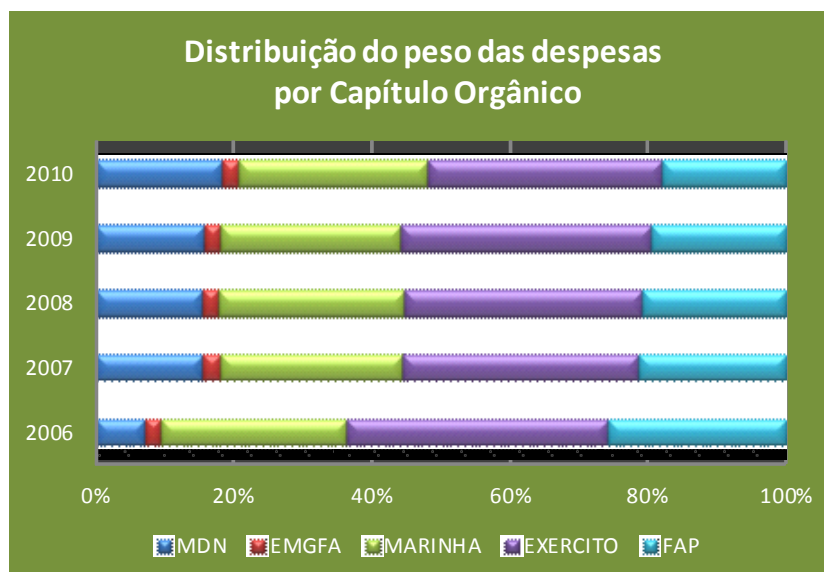
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



2.2. Estrutura Orgânica

No que respeita à estrutura da despesa importa destacar a evolução verificada ao nível da despesa integrada no Capítulo 01¹, em resultado da opção pela gestão centralizada dos recursos financeiros afectos a alguns dos mais importantes projectos de reequipamento das Forças Armadas (ex: modernização das Aeronaves F-16, aquisição e manutenção dos Helicópteros EH-101, equipamento de comunicações Rádios 525 e programa NH-90).

O gráfico seguinte permite a visualização da informação mencionada:

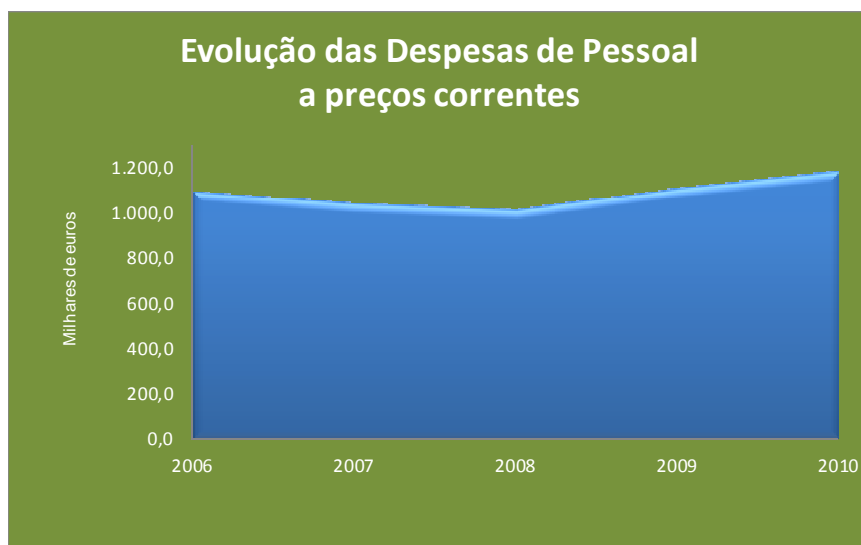


¹ O ODN integra os seguintes Capítulos: Capítulo 01 – Gabinete dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte; Capítulo 02 – Estado-Maior General das Forças Armadas; Capítulo 03 – Marinha; Capítulo 04 – Exército; Capítulo 05 – Força Aérea.

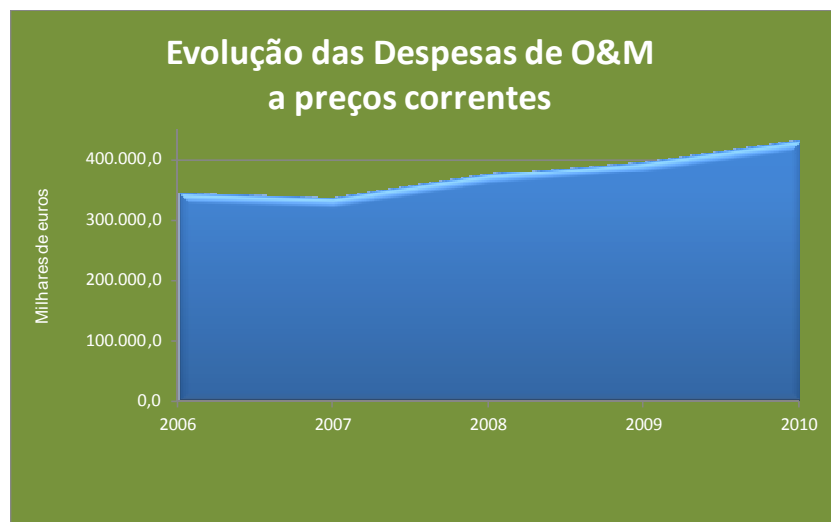


2.3. Despesas de Funcionamento

No âmbito das despesas de funcionamento importa assinalar que a recente tendência de crescimento verificada no agrupamento das despesas com Pessoal resulta da conjugação de dois factores de natureza diversa, um relacionado com a dignificação da função militar, materializado no novo sistema remuneratório dos militares das Forças Armadas, e outro em resultado da alteração do modelo de financiamento da Caixa Geral de Aposentações, para a qual os serviços de administração directa do Estado passaram a contribuir com 7,5% em 2009 e 15% a partir de 2010.



No que se refere às despesas com Operação e Manutenção, o ligeiro crescimento verificado no período mais recente está fundamentalmente associado à necessidade de garantir um adequado nível de sustentação e operacionalidade das Forças Armadas.





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3. Proposta de Orçamento da Defesa Nacional para 2011

A dotação global inscrita no Orçamento de Estado para 2011, afecta à Defesa Nacional, ascende a 2.197,9 M€, dos quais 2.068,1 M€ são destinados aos Serviços Integrados e 140,5 M€ aos Serviços e Fundos Autónomos².

A análise comparada daquela dotação, no período 2010-2011, evidencia uma diminuição de 9,9%, no total dos recursos financeiros afectos à Defesa Nacional, conforme evidenciado no quadro seguinte:

(milhões de euros)

	2010 Inicial (1)	2011 Proposta (2)	Variação	
			Quant	%
ESTADO	2.308,9	2.068,1	-240,8	-10,4%
1. Funcionamento	2.286,2	2.050,7	-235,5	-10,3%
1.1. - Com cobertura em receitas gerais	2.036,1	1.812,2	-223,9	-11,0%
Funcionamento em sentido estrito	1.366,3	1.298,2	-68,1	-5,0%
Dotações específicas	669,8	514,0	-155,8	-23,3%
Lei de Programação Militar (LPM)	413,5	279,6	-133,9	-32,4%
Forças Nacionais Destacadas (FND)	75,0	75,0	0,0	0,0%
Encargos com a Saúde (ADM)	71,3	58,5	-12,8	-18,0%
Pensões de Reserva	110,0	100,9	-9,1	-8,3%
1.2. - Com cobertura em receitas consignadas	250,1	238,5	-11,6	-4,7%
2. Investimentos do Plano	22,7	17,4	-5,3	-23,3%
SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	142,3	140,5	-1,8	-1,3%
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA	2.440,5	2.197,9	-242,6	-9,9%
Consolidação entre subsectores	10,7	10,7	0,0	

² No Relatório que acompanha a proposta do Orçamento de Estado a dotação global considerada é de apenas 2.145,1 M€, sendo a diferença de 52,8 M€ explicada pelo efeito das medidas de redução da despesa a realizar em 2011 (reserva orçamental e cativações) que se reflectem em ajustamentos entretanto realizados.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.1. Análise Geral

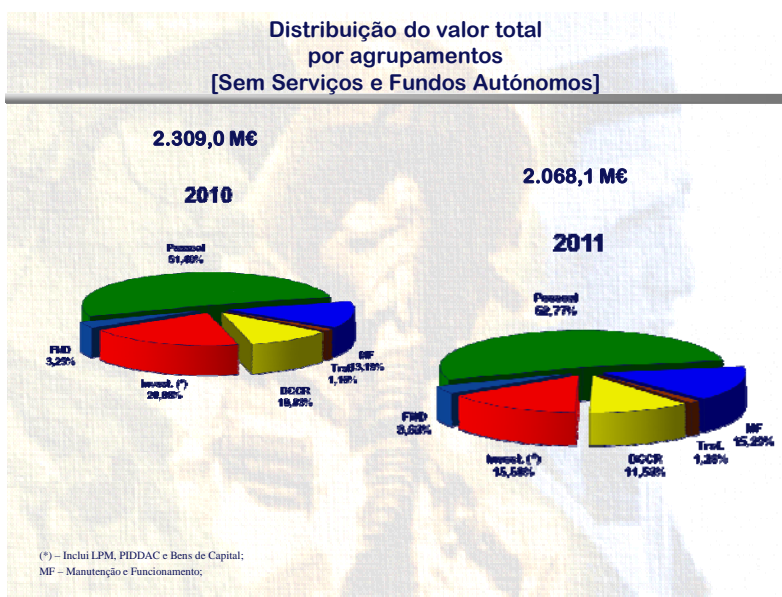
Os quadros e gráficos seguintes apresentam diferentes perspectivas sobre a natureza da despesa prevista nos Serviços Integrados, inscrita nos orçamentos iniciais para os anos de 2010 e 2011.

[Em Euros]

Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2010 Inicial	2011 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	1.188.946.927	1.091.380.578	-97.566.349	-8,21%
* Remunerações Certas e Permanentes	762.856.323	697.193.642	-65.662.681	-8,61%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	96.400.789	82.168.063	-14.232.726	-14,76%
* Segurança Social	329.689.815	312.018.873	-17.670.942	-5,36%
- Material e equipamento	27.325.204	23.554.887	-3.770.317	-13,80%
* Aquisição de bens de Capital	27.325.204	23.554.887	-3.770.317	-13,80%
- Manutenção e funcionamento	304.461.767	316.230.853	11.769.086	3,87%
* Aquisição de Bens	109.977.615	112.036.001	2.058.386	1,87%
* Aquisição de serviços	144.736.652	155.895.771	11.159.119	7,71%
* Outras despesas correntes	15.852.000	15.258.205	-593.795	-3,75%
* Reserva orçamental	33.895.500	33.040.876	-854.624	-2,52%
- Transferências	26.858.102	26.481.109	-376.993	-1,40%
* Administração Central	10.622.500	10.622.500	0	0,00%
* Administrações sem fins lucrativos	5.630.425	5.269.500	-360.925	-6,41%
* Famílias	2.823.377	2.984.741	161.364	5,72%
* Resto do mundo	7.781.800	7.604.368	-177.432	-2,28%
TOTAL FUNCIONAMENTO	1.547.592.000	1.457.647.427	-89.944.573	-5,81%
- Investimentos do Plano	22.700.000	17.400.000	-5.300.000	-23,35%
- Lei de Programação Militar	413.515.000	279.563.972	-133.951.028	-32,39%
- Forças Nacionais Destacadas	75.000.000	75.000.000	0	0,00%
ENCARGOS DO ESTADO	2.058.807.000	1.829.611.399	-229.195.601	-11,13%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Programação Militar	45.000.000	27.000.000	-18.000.000	-40,00%
- Lei de Infra-Estruturas Militares	73.013.000	77.390.000	4.377.000	5,99%
- Infra-Estruturas NATO	6.500.000	6.599.986	99.986	1,54%
- NATO Manutenção	2.660.000	2.659.995	-5	0,00%
- FAC	2.500.000	2.500.000	0	0,00%
- Outras	120.546.424	122.319.493	1.773.069	1,47%
SOMA DE DCCR	250.219.424	238.469.474	-11.749.950	-4,70%
TOTAL	2.309.026.424	2.068.080.873	-240.945.551	-10,43%



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



A redução global dos recursos financeiros disponibilizados à Defesa Nacional é de 240,9 M€ (10,4%). Tendo em conta esta redução, importa analisar a distribuição dos recursos disponibilizados, através de receitas gerais.

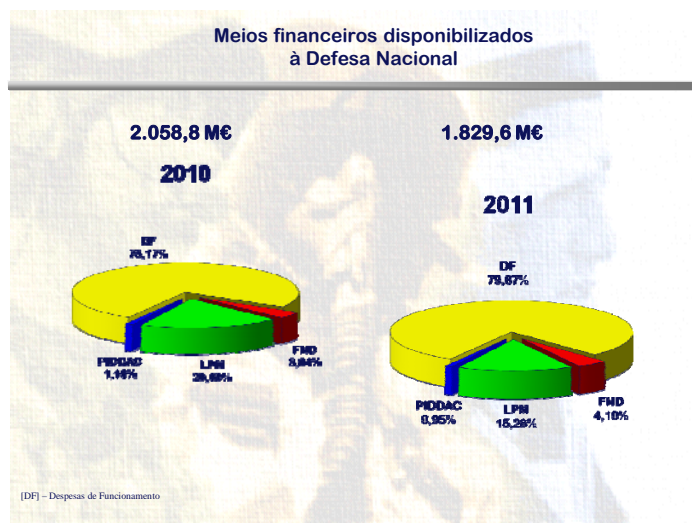
Em milhares de euros

Designação	Anos			
	2010 Inicial	Peso	2011 Proposta	Peso
1. Despesas de funcionamento	1.547.592	75,17%	1.457.647	79,67%
1.1 Despesas com o Pessoal	1.188.947	57,75%	1.091.381	59,65%
1.2 Operação e Manutenção	358.645	17,42%	366.267	20,02%
2. Investimento	436.215	21,19%	296.964	16,23%
2.1 LPM (*)	413.515	20,09%	279.564	15,28%
2.2 PIDDAC	22.700	1,10%	17.400	0,95%
3. Forças Nacionais Destacadas	75.000	3,64%	75.000	4,10%
Total MDN	2.058.807	100,00%	1.829.611	100,00%

(*) Não inclui a verba a obter por via das alienações.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



Não considerando as verbas inscritas na LPM, a distribuição das dotações por departamentos é a que se apresenta de seguida.

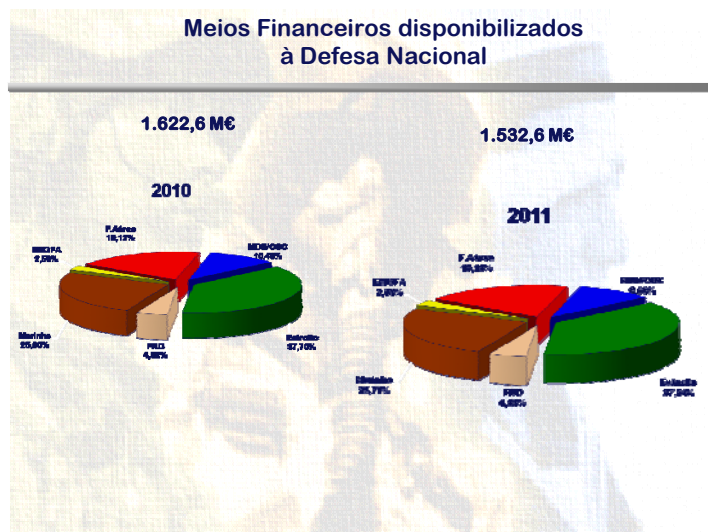
Un.: euros

Departamentos	Anos				Variação	
	2010 Inicial	Peso	2011 Proposta	Peso	Valor	%
Despesas de Funcionamento						
- Gabinetes e SCS	169.675.000	10,46%	151.569.119	9,89%	-18.105.881	-10,67%
- EMGFA	40.550.000	2,50%	41.168.759	2,69%	618.759	1,53%
- MARINHA	415.417.000	25,60%	394.087.194	25,71%	-21.329.806	-5,13%
- EXÉRCITO	611.778.000	37,70%	576.815.666	37,64%	-34.962.334	-5,71%
- FORÇA AÉREA	310.172.000	19,12%	294.006.689	19,18%	-16.165.311	-5,21%
Forças Nacionais Destacadas	75.000.000	4,62%	75.000.000	4,89%	0	0,00%
TOTAL	1.622.592.000	100,00%	1.532.647.427	100,00%	-89.944.573	-5,54%

Nota:

SCS - Serviços Centrais de Suporte.

Nota: Inclui despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, transferências correntes, outras despesas correntes, aquisição de bens de capital e transferências de capital e exclui a LPM, a LPIM, as Despesas com Compensação em Receita e o PIDDAC.





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2. Despesas de Funcionamento - Análise Sectorial

3.2.1. Gabinetes dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte

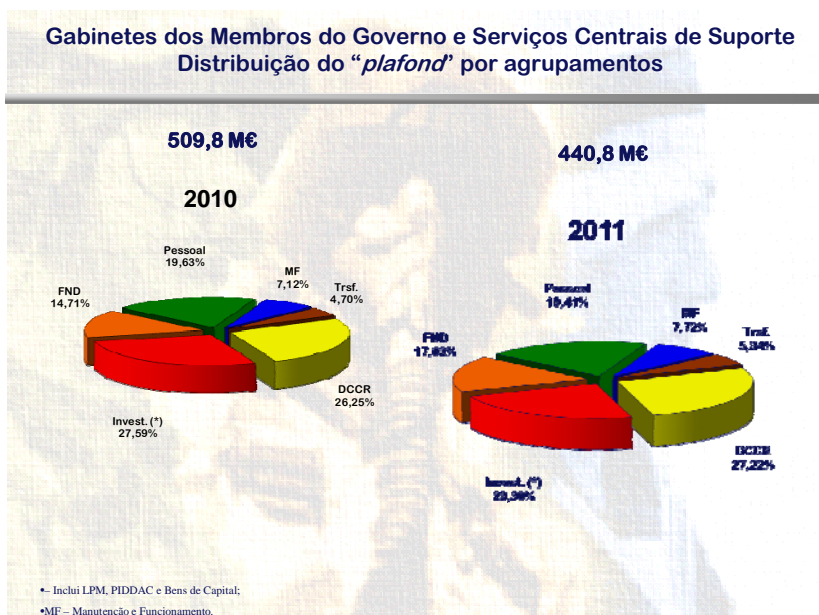
A dotação global afecta ao Capítulo 01 - Gabinete dos Membros do Governo e Serviços Centrais de Suporte (SCS) totaliza **440,8 M€**, com a distribuição constante do mapa e gráfico seguintes.

[Em Euros]

Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2010 Inicial	2011 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	100.092.548	85.538.092	-14.554.456	-14,54%
* Remunerações Certas e Permanentes	20.601.302	19.410.306	-1.190.996	-5,78%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	5.418.630	5.018.129	-400.501	-7,39%
* Segurança Social	74.072.616	61.109.657	-12.962.959	-17,50%
- Material e equipamento	9.334.025	8.461.450	-872.575	-9,35%
* Aquisição de bens de Capital	9.334.025	8.461.450	-872.575	-9,35%
- Manutenção e funcionamento	36.311.202	34.025.415	-2.285.787	-6,29%
* Aquisição de Bens	2.058.760	1.840.841	-217.919	-10,58%
* Aquisição de serviços	16.230.567	14.856.773	-1.373.794	-8,46%
* Outras despesas correntes	15.825.000	15.243.625	-581.375	-3,67%
* Reserva orçamental	2.196.875	2.084.176	-112.699	-5,13%
- Transferências	23.937.225	23.544.162	-393.063	-1,64%
* Administração Central	10.622.500	10.622.500	0	0,00%
* Administrações sem fins lucrativos	5.592.925	5.232.000	-360.925	-6,45%
* Famílias	0	145.294	145.294	
* Resto do mundo	7.721.800	7.544.368	-177.432	-2,30%
TOTAL FUNCIONAMENTO	169.675.000	151.569.119	-18.105.881	-10,67%
- Investimentos do Plano	16.700.000	11.332.000	-5.368.000	-32,14%
- Lei de Programação Militar	114.644.000	82.916.356	-31.727.644	-27,67%
- Forças Nacionais Destacadas	75.000.000	75.000.000	0	0,00%
ENCARGOS DO ESTADO	376.019.000	320.817.475	-55.201.525	-14,68%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Programação Militar	45.000.000	27.000.000	-18.000.000	-40,00%
- Lei de Infra-Estruturas Militares	62.703.000	66.750.000	4.047.000	6,45%
- Infra-Estruturas NATO	6.500.000	6.599.986	99.986	1,54%
- NATO Manutenção	2.660.000	2.659.995	-5	0,00%
- FAC	2.500.000	2.500.000	0	0,00%
- Outras	14.446.562	14.446.900	338	0,00%
SOMA DE DCCR	133.809.562	119.956.881	-13.852.681	-10,35%
TOTAL	509.828.562	440.774.356	-69.054.206	-13,54%



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



3.2.1.1. Gabinetes dos Membros do Governo

O orçamento dos Gabinetes totaliza **3,4 M€**, dos quais 2,34 M€ estão destinados a suportar as despesas com o pessoal que lhe está afecto. Globalmente a dotação distribui-se da seguinte forma:

- Gabinete do Ministro	2.443.266
- Gabinete do Secretário de Estado	879.405
- Reserva Orçamental ³	87.281

Estas dotações representam uma diminuição de 240 048 € face aos valores orçamentados inicialmente em 2010 (- 6,6%).

3.2.1.2. Serviços Centrais de Suporte

As dotações propostas para os SCS totalizam **437,3 M€**, que se distribuem da seguinte forma:

- Despesas de funcionamento	88.462.272
- Reserva Orçamental ⁴	1.996.895
- Forças Nacionais Destacadas (FND)	75.000.000
- Assistência na Doença aos Militares (ADM)	58.500.000
- Investimentos do Plano (PIDDAC)	11.332.000
- Lei de Programação Militar (LPM)	82.916.356
- Despesas com compensação em receita (DCCR)	119.956.881

³ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 87.281 €, decorre do ponto 17 da Circular, Série A, n.º 1360 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2011.

⁴ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 1.996.895 €, decorrente do ponto 17 da Circular, Série A, n.º 1360 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2011.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Nos pontos seguintes apresenta-se o detalhe dos valores acima indicados.

3.2.1.2.1. Despesas com o Pessoal

Totalizam 85,5 M€ e incluem os encargos abrangidos pelos códigos de classificação económica 01.01.01 a 01.03.10. A parcela mais relevante corresponde aos encargos com a ADM (58,5 M€). Dos encargos remanescentes assumem maior expressão os relativos a Pessoal dos quadros – regime da função pública (9,6 M€), destinado a fazer face ao pagamento de encargos decorrentes da Lei Orgânica do Ministério, Pessoal em qualquer outra situação (4,7 M€) visando, essencialmente, suportar o pagamento dos vencimentos do pessoal que se encontra em situação de mobilidade especial (SME), do pessoal do quadro de efectivos interdepartamentais da INDEP, do pessoal do extinto quadro geral de adidos em serviço na Cruz Vermelha Portuguesa e do pessoal afecto às Estruturas de Missão, e Ajudas de custo (4 M€) que se destinam, predominantemente, ao pagamento dos encargos resultantes de missões no estrangeiro, em especial das que resultam de missões de cooperação com os PALOP no âmbito da CTM.

3.2.1.2.2. Manutenção e Funcionamento

Neste agrupamento incluem-se as despesas inscritas nas rubricas compreendidas entre os códigos 02.01.01 a 02.02.25 (16,7 M€), sendo estas dotações destinadas ao funcionamento normal dos serviços, bem como as dotações específicas destinadas ao financiamento da política de incentivos ao recrutamento no âmbito da Lei do Serviço Militar, designadamente com o Dia da Defesa Nacional (5,4 M€), ao pagamento das despesas com o transporte de pessoas e bens em missão de cooperação nos PALOP (1,04 M€), ao pagamento de seguros, designadamente os que decorrem da presença dos militares em Missões Humanitárias e de Paz (0,4 M€) e, ainda, os encargos com os observadores militares não enquadrados em Missões Humanitárias e de Paz (0,35 M€).

3.2.1.2.3. Transferências

Neste grupo estão incluídas as dotações destinadas a Instituições tuteladas pelo MDN e a outras com interesse directo para a Defesa, nomeadamente:



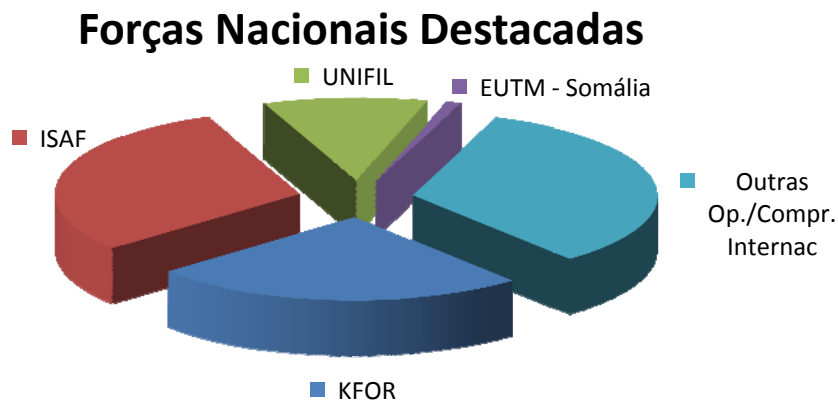
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

↳ Instituto de Acção Social das Forças Armadas	10.500.000
↳ Cruz Vermelha Portuguesa, Liga dos Combatentes e Associação dos Deficientes das Forças Armadas	2.840.000
↳ Encargos com a participação portuguesa em diversos organismos internacionais na área da Defesa, incluindo a comparticipação nacional para infra-estruturas NATO	7.500.000
↳ Montante destinado ao programa de apoio a ex-militares vítimas de stress de guerra e pós traumático	562.000

3.2.1.2.4. Forças Nacionais Destacadas

Portugal tem vindo a participar na implementação de planos de apoio e manutenção de paz, no quadro das alianças político-militares em que está inserido (NATO, ONU, UE), através da realização de Missões Humanitárias e de Paz em diversos teatros de operações.

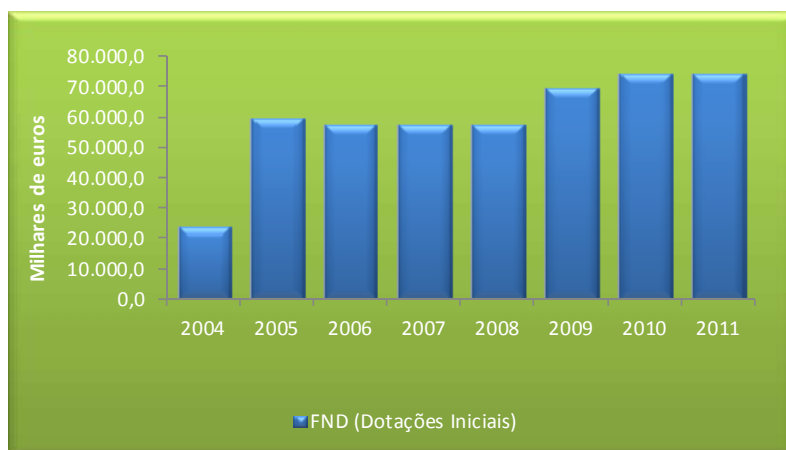
Para o ano de 2011, encontram-se inscritos 75 M€, distribuídos da seguinte forma:



No gráfico seguinte apresenta-se a evolução dos montantes executados anualmente no âmbito das FND.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL



3.2.1.2.5. Despesas com compensação em receita

No orçamento dos SCS para 2011 estão previstas realizar despesas com compensação em receita no valor de **119,96 M€**, designadamente:

Designação	Montante
Infra-Estruturas NATO	6.599.986
NATO Manutenção	2.659.995
Antigos Combatentes	2.500.000
LPM (alienações)	27.000.000
LPIM	66.750.000
Outras	14.446.900
Total	119.956.881



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.2. Estado-Maior General das Forças Armadas

O orçamento do EMGFA para 2011 totaliza **45,3 M€** distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

- Despesas de funcionamento	40.129.159
- Reserva Orçamental ⁵	1.039.600
- Investimentos do Plano	68.000
- Lei de Programação Militar	2.998.994
- Despesas com contrapartida em receita	1.055.000

A distribuição dos valores propostos por rubricas orçamentais de classificação económica é a constante do mapa seguinte.

[Em Euros]

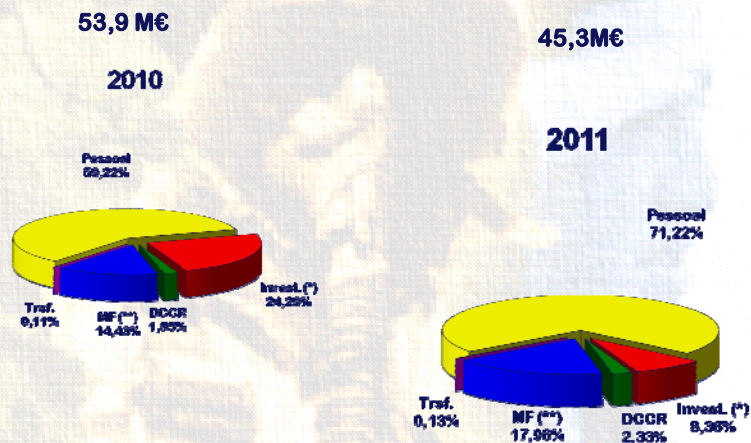
Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2010 Inicial	2011 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	31.956.360	32.257.332	300.972	0,94%
* Remunerações Certas e Permanentes	11.639.050	12.778.545	1.139.495	9,79%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	18.546.250	17.793.202	-753.048	-4,06%
* Segurança Social	1.771.060	1.685.585	-85.475	-4,83%
- Material e equipamento	744.000	719.336	-24.664	-3,32%
* Aquisição de bens de Capital	744.000	719.336	-24.664	-3,32%
- Manutenção e funcionamento	7.789.640	8.132.091	342.451	4,40%
* Aquisição de Bens	1.458.800	1.491.795	32.995	2,26%
* Aquisição de serviços	5.317.090	5.600.696	283.606	5,33%
* Reserva orçamental	1.013.750	1.039.600	25.850	2,55%
-Transferências	60.000	60.000	0	0,00%
* Resto do mundo	60.000	60.000	0	0,00%
TOTAL FUNCIONAMENTO	40.550.000	41.168.759	618.759	1,53%
- Investimentos do Plano	0	68.000	68.000	
* Financiamento Nacional	0	68.000	68.000	
- Lei de Programação Militar	12.363.000	2.998.994	-9.364.006	-75,74%
ENCARGOS DO ESTADO	52.913.000	44.235.753	-8.677.247	-16,40%
Despesas com compensação em receita				
- Outras	1.055.000	1.055.000	0	0,00%
SOMA DE DCCR	1.055.000	1.055.000	0	0,00%
TOTAL	53.968.000	45.290.753	-8.677.247	-16,08%

⁵ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 1.039.600 € decorre do ponto 17 da Circular, Série A, n.º 1360 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2011.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Estado-Maior-General das Forças Armadas
Distribuição do “plafond” por agrupamentos



* - Inclui LPM, PIDDAC e Bens de Capital;

** MF - Manutenção e Funcionamento.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.3. Marinha

O orçamento da Marinha para 2011 totaliza **515,96 M€** distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

- Despesas de funcionamento	385.082.644
- Reserva Orçamental ⁶	9.004.550
- Investimentos do Plano	2.000.000
- Lei de Programação Militar	86.203.755
- Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares	4.100.000
- Despesas com compensação em receita	29.568.592

A distribuição dos valores propostos por rubricas orçamentais de classificação económica é a constante do mapa seguinte.

[Em Euros]

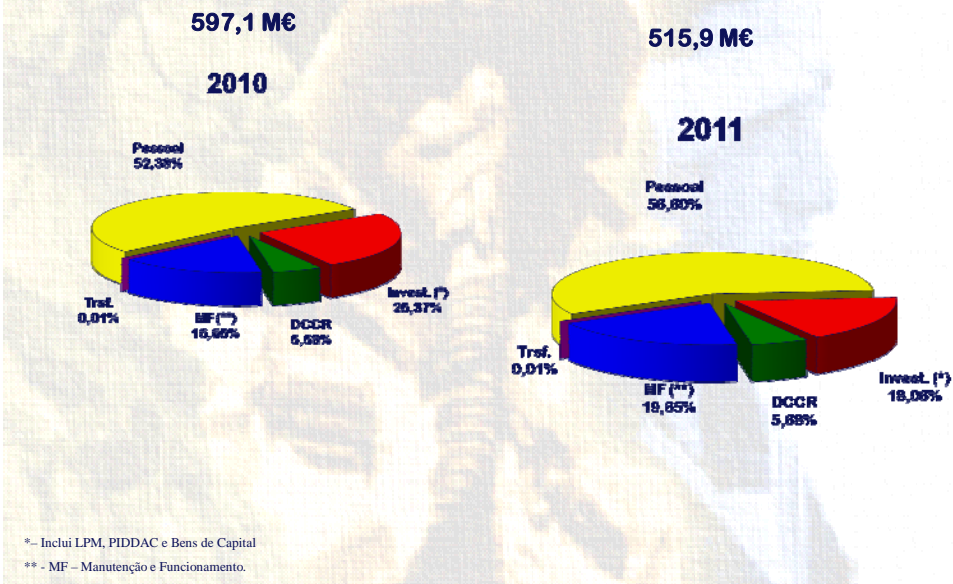
Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2010 Inicial	2011 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	312.763.707	289.413.994	-23.349.713	-7,47%
* Remunerações Certas e Permanentes	208.792.547	181.236.053	-27.556.494	-13,20%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	14.775.869	13.605.924	-1.169.945	-7,92%
* Segurança Social	89.195.291	94.572.017	5.376.726	6,03%
- Material e equipamento	3.199.668	4.154.121	954.453	29,83%
* Aquisição de bens de Capital	3.199.668	4.154.121	954.453	29,83%
- Manutenção e funcionamento	99.398.315	100.465.099	1.066.784	1,07%
* Aquisição de Bens	31.818.637	31.266.421	-552.216	-1,74%
* Aquisição de serviços	58.329.553	60.187.028	1.857.475	3,18%
* Outras despesas correntes	14.700	7.100	-7.600	-51,70%
* Reserva orçamental	9.235.425	9.004.550	-230.875	-2,50%
-Transferências	55.310	53.980	-1.330	-2,40%
* Administrações sem fins lucrativos	37.500	37.500	0	0,00%
* Famílias	17.810	16.480	-1.330	-7,47%
TOTAL FUNCIONAMENTO	415.417.000	394.087.194	-21.329.806	-5,13%
- Investimentos do Plano	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
* Financiamento Nacional	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
- Lei de Programação Militar	146.249.000	86.203.755	-60.045.245	-41,06%
ENCARGOS DO ESTADO	563.666.000	482.290.949	-81.375.051	-14,44%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Infra-Estruturas Militares	4.100.000	4.100.000	0	0,00%
- Outras	29.309.603	29.568.592	258.989	0,88%
SOMA DE DCCR	33.409.603	33.668.592	258.989	0,78%
TOTAL	597.075.603	515.959.541	-81.116.062	-13,59%

⁶ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 9.004.550 € decorre do ponto 17 da Circular, Série A, n.º 1360 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2011.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Marinha
Distribuição do “*plafond*” por agrupamentos





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.4. Exército

O orçamento do Exército para 2011 totaliza **667,24 M€** distribuído pelos seguintes grupos de despesas:

- Despesas de funcionamento	562.971.191
- Reserva orçamental ⁷	13.844.475
- Investimentos do Plano	2.000.000
- Lei de Programação Militar	45.122.000
- Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares	4.300.000
- Despesas com compensação em receitas	39.007.001

A distribuição dos valores propostos por rubricas orçamentais de classificação económica é a constante do mapa seguinte.

[Em Euros]

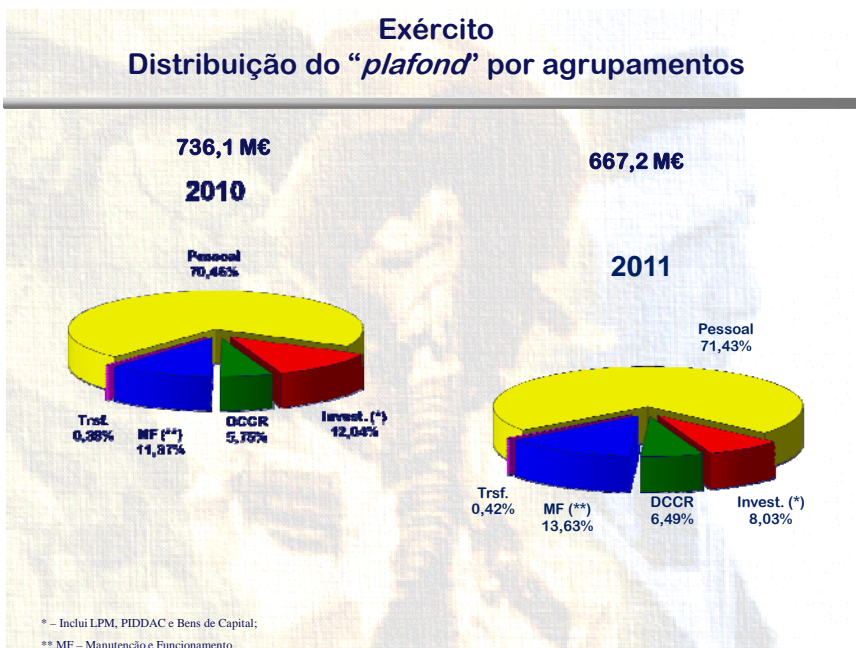
Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2010 Inicial	2011 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	518.619.243	476.656.909	-41.962.334	-8,09%
* Remunerações Certas e Permanentes	356.779.409	330.494.434	-26.284.975	-7,37%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	42.963.688	39.734.984	-3.228.704	-7,51%
* Segurança Social	118.876.146	106.427.491	-12.448.655	-10,47%
- Material e equipamento	6.673.398	6.442.424	-230.974	-3,46%
* Aquisição de bens de Capital	6.673.398	6.442.424	-230.974	-3,46%
- Manutenção e funcionamento	83.679.792	90.920.766	7.240.974	8,65%
* Aquisição de Bens	46.319.087	44.798.536	-1.520.551	-3,28%
* Aquisição de serviços	23.161.255	32.277.755	9.116.500	39,36%
* Reserva orçamental	14.199.450	13.844.475	-354.975	-2,50%
- Transferências	2.805.567	2.795.567	-10.000	-0,36%
* Famílias	2.805.567	2.795.567	-10.000	-0,36%
TOTAL FUNCIONAMENTO	611.778.000	576.815.666	-34.962.334	-5,71%
- Investimentos do Plano	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
* Financiamento Nacional	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
- Lei de Programação Militar	79.932.000	45.122.000	-34.810.000	-43,55%
ENCARGOS DO ESTADO	693.710.000	623.937.666	-69.772.334	-10,06%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Infra-Estruturas Militares	4.100.000	4.300.000		0,00%
- Outras	38.243.069	39.007.001	763.932	2,00%
SOMA DE DCCR	42.343.069	43.307.001	763.932	1,80%
TOTAL	736.053.069	667.244.667	-68.808.402	-9,35%

⁷ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 13.844.475 €, decorre do ponto 17 da Circular, Série A, n.º 1360 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2011.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Exército
Distribuição do “*plafond*” por agrupamentos





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.2.5. Força Aérea

O orçamento da Força Aérea para 2011 totaliza a importância de **398,81 M€**, distribuído pelos seguintes grupos de despesa:

- Despesas de funcionamento	286.938.614
- Reserva Orçamental ⁸	7.068.075
- Lei de Programação Militar	62.322.867
- Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares	2.240.000
- Investimentos do Plano	2.000.000
- Despesas com contrapartida em receita	38.242.000

A distribuição dos valores propostos por rubricas orçamentais de classificação económica é a constante do mapa seguinte.

[Em Euros]

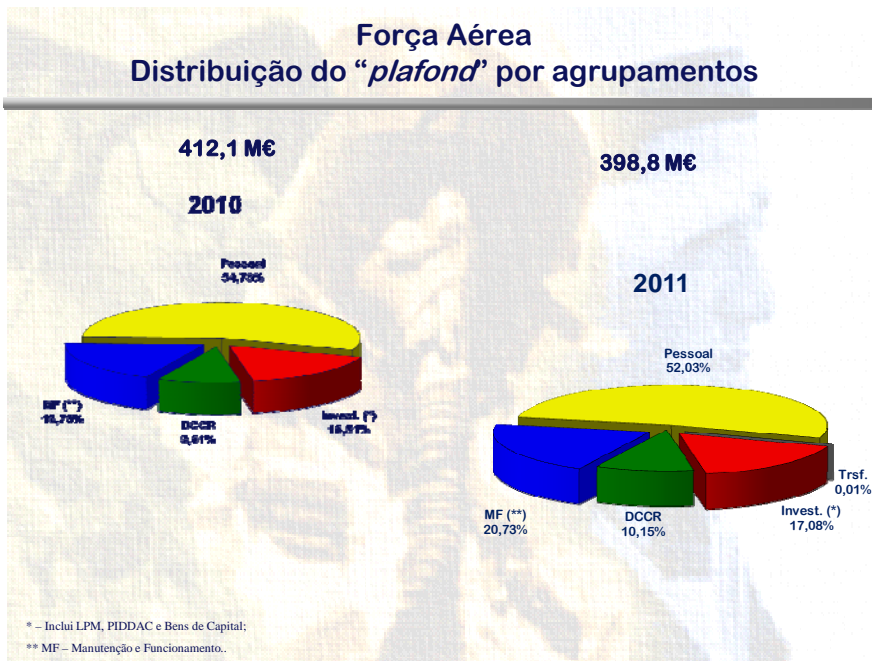
Designação	Anos		Variação (Prop - Inicial)	
	2010 Inicial	2011 Proposta	Quant.	%
- Pessoal	225.515.069	207.514.251	-18.000.818	-7,98%
* Remunerações Certas e Permanentes	165.044.015	153.274.304	-11.769.711	-7,13%
* Abonos Variáveis ou Eventuais	14.696.352	6.015.824	-8.680.528	-59,07%
* Segurança Social	45.774.702	48.224.123	2.449.421	5,35%
- Material e equipamento	7.374.113	3.777.556	-3.596.557	-48,77%
* Aquisição de bens de Capital	7.374.113	3.777.556	-3.596.557	-48,77%
- Manutenção e funcionamento	77.282.818	82.687.482	5.404.664	6,99%
* Aquisição de Bens	28.322.331	32.638.408	4.316.077	15,24%
* Aquisição de serviços	41.698.187	42.973.519	1.275.332	3,06%
* Outras despesas correntes	12.300	7.480	-4.820	-39,19%
* Reserva orçamental	7.250.000	7.068.075	-181.925	-2,51%
-Transferências	0	27.400	27.400	
* Famílias	0	27.400	27.400	
TOTAL FUNCIONAMENTO	310.172.000	294.006.689	-16.165.311	-5,21%
- Investimentos do Plano	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
* Financiamento Nacional	2.000.000	2.000.000	0	0,00%
- Lei de Programação Militar	60.327.000	62.322.867	1.995.867	3,31%
ENCARGOS DO ESTADO	372.499.000	358.329.556	-14.169.444	-3,80%
Despesas com compensação em receita				
- Lei de Infra-Estruturas Militares	2.110.000	2.240.000	130.000	6,16%
- Outras	37.492.190	38.242.000	749.810	2,00%
SOMA DE DCCR	39.602.190	40.482.000	879.810	2,22%
TOTAL	412.101.190	398.811.556	-13.289.634	-3,22%

⁸ A verba designada como Reserva Orçamental, no montante de 7.068.075 €, decorre do ponto 17 da Circular, Série A, n.º 1360 – Instruções para a preparação do Orçamento do Estado para 2011.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Força Aérea
Distribuição do “*plafond*” por agrupamentos





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.3. Despesas de Investimento

3.3.1. Lei de Programação Militar

Para o ano de 2011 estão previstos 279,6 M€ para o reequipamento e modernização das Forças Armadas, valor que não inclui a eventual receita proveniente de alienações de equipamentos militares. Este montante reflecte a redução de 40% na dotação inscrita na respectiva Lei Orgânica, prevista no âmbito do programa de redução da despesa pública até 2013, mas reflecte também um aumento da dotação disponível face à execução prevista em 2010.

As medidas incluídas na LPM são apresentadas separadamente pelos SCS, pelo EMGFA e pelos Ramos das Forças Armadas, entidades com responsabilidade directa na gestão e execução desta Lei.

A proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 continua a prever a possibilidade de afectar à cobertura de encargos, designadamente com a preparação, operações e treino de forças, uma verba que poderá atingir 10% dos montantes inscritos em sede de LPM.

Em síntese, as dotações afectas à LPM apresentam os seguintes valores:

(Em euros)

Departamentos	Anos		Variação		Peso relativo	
	2010	2011	Valor	%	2010	2011
LPM						
- MDN/SCS (*)	114.644.000	82.916.356	-31.727.644	-27,67%	27,72%	29,66%
- EMGFA	12.363.000	2.998.994	-9.364.006	-75,74%	2,99%	1,07%
- MARINHA	146.249.000	86.203.755	-60.045.245	-41,06%	35,37%	30,84%
- EXÉRCITO	79.932.000	45.122.000	-34.810.000	-43,55%	19,33%	16,14%
- FORÇA AÉREA	60.327.000	62.322.867	1.995.867	3,31%	14,59%	22,29%
TOTAL	413.515.000	279.563.972	-133.951.028	-32,39%	100,00%	100,00%

(*) Não considerando a receita de eventuais alienações de equipamentos militares.

No ano de 2011 será dada continuidade aos projectos em curso, os quais se materializam, em termos financeiros, em compromissos assumidos pelas diversas entidades que executam a presente Lei.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.3.1.1. Serviços Centrais de Suporte

O montante global das verbas inscritas no Capítulo 01, no âmbito da LPM, ascende a 82,9 M€, os quais se distribuem pelas seguintes medidas:

- i) *Modernização da Base Industrial e Tecnológica da Defesa*, com a qual se pretende:
 - ↳ Apoiar o desenvolvimento das tecnologias e dos sistemas com aplicação em Defesa, viabilizando a participação e o financiamento em projectos nacionais e internacionais de I&D;
 - ↳ Criar condições para a participação das indústrias de defesa em parcerias e projectos cooperativos internacionais com interesse para a Defesa Nacional e que contribuam para o seu desenvolvimento e sustentabilidade;
 - ↳ Contribuir para a modernização e actualização tecnológica das indústrias de defesa, fortalecendo a capacidade de acompanhamento e participação no desenvolvimento, produção e manutenção dos sistemas e equipamentos.

Com a dotação inscrita nesta medida visa-se, assim, apoiar e dinamizar a participação da indústria nacional no mercado mais alargado da Defesa Europeia, em especial as Pequenas e Médias Empresas, bem como incentivar a participação activa das Universidades e pólos de I&D em parcerias ou projectos de cooperação, de particular interesse para a Defesa.

- ii) *Capacidades Conjuntas*, que concentra a execução de vários projectos no âmbito da edificação de capacidades relevantes para a operacionalidade e intervenção conjunta das várias componentes do Sistema de Forças Nacional. Os valores inscritos nesta medida para o ano de 2011 destinam-se fundamentalmente aos encargos associados ao programa dos Helicópteros EH-101 e NH-90.
- iii) *Sistemas de Informação e Gestão*, a qual visa fundamentalmente o desenvolvimento e operacionalização de um Sistema Integrado de Gestão, que permita a gestão global e integrada dos recursos afectos à Defesa.

3.3.1.2. EMGFA

A dotação atribuída ao EMGFA em 2011 reduz-se para 2,9 M€, estando inscrita na medida *Comando e Controlo*. Nesta medida estão inseridos projectos, destinados a manter e melhorar o actual sistema de infra-estruturas das comunicações, aumentando a capacidade de transporte de informação operacional, por via da evolução tecnológica para uma rede integrada de serviços de voz, dados e imagem, e prosseguindo com a instalação do protocolo NATO de comunicações militares.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.3.1.3. **Marinha**

Em 2011, as verbas atribuídas à Marinha ascendem a 86,2 M€ onde se destacam as seguintes medidas:

- i) *Capacidade Submarina*, para suportar encargos associados à aquisição dos submarinos, incluindo o respectivo fornecimento logístico, armamento, formação e treino;
- ii) *Capacidade Oceânica de Superfície*, na qual se contemplam as verbas destinadas ao pagamento das fragatas recentemente adquiridas;
- iii) *Capacidade de Projecção de Forças*, que suporta os encargos previstos para o reequipamento dos Fuzileiros nas suas componentes de desembarque, operações especiais e *intelligence*, onde se inclui a aquisição de Viaturas Blindadas de Rodas anfíbias;

3.3.1.4. **Exército**

O Exército disporá no ano de 2011 de cerca de 45,1 M€ no âmbito da LPM, estando esta dotação afectada, em parte significativa, à medida *Capacidade de Intervenção*, destinada a suportar os encargos com a aquisição de Viaturas Blindadas de Rodas.

Na medida *Capacidade Mecanizada* estão contempladas verbas relacionadas com a aquisição de carros de combate Leopard 2A6 e com a actualização e extensão da vida útil das viaturas M113.

3.3.1.5. **Força Aérea**

Por seu lado, a Força Aérea terá uma dotação de 62,3 M€ em 2011, onde se destacam as seguintes medidas:

- i) *Capacidade de Defesa Aérea e Operações Aéreas Anti-superfície*, para assegurar a continuidade do programa de modernização das aeronaves F-16.
- ii) *Capacidade de Operações Aéreas ASW/ASUW*, onde estão previstos os encargos com a modernização das aeronaves P-3C.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

- iii) *Capacidade de Transporte de Teatro, Vigilância e Fiscalização*, onde estão inscritos os montantes necessários à satisfação dos encargos com a aquisição das aeronaves C-295.
- iv) *Capacidade de Projecção e Protecção de Forças*, para suportar os encargos com a aquisição de sistemas de autoprotecção, nomeadamente empasteladores de radar.



3.3.2. Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares

A LPIM tem como principal objectivo fornecer os meios financeiros necessários à modernização e qualificação das infra-estruturas militares, através de operações de rentabilização do património actualmente afecto à Defesa Nacional.

O impacto económico desta Lei é significativo, já que constitui o maior programa de investimento em infra-estruturas militares dos últimos 50 anos. Por outro lado, os mecanismos de gestão patrimonial, como sejam a alienação ou a rentabilização dos bens afectos à Defesa Nacional, permitem extrair o máximo rendimento das infra-estruturas existentes.

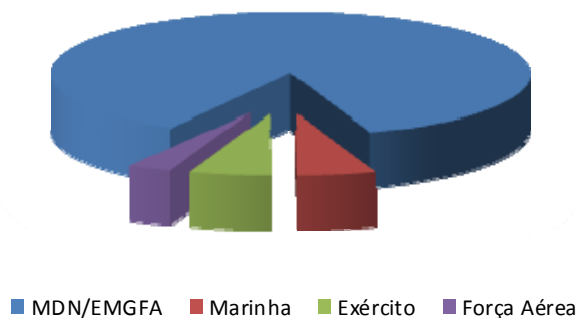
Será assim possível libertar infra-estruturas obsoletas, numa lógica de «menos, mas melhores» infra-estruturas militares. Por outro lado, com esta iniciativa prevê-se, também, o cumprimento das obrigações assumidas pelo Estado relativas a Fundos, nomeadamente em relação aos Antigos Combatentes e ao Fundo de Pensões dos Militares das Forças Armadas.

A execução desta lei é plurianual, abrangendo um período de 12 anos, e auto-financia-se, sendo o investimento a realizar – que se prevê na ordem dos 834 M€ – suportado por receitas geradas pelas operações de rentabilização do património afecto à Defesa Nacional.

Por fim, e deste modo, é dado cumprimento ao Programa do Governo, procedendo-se à requalificação das infra-estruturas, de modo a assegurar o cumprimento das missões das Forças Armadas.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos montantes previstos para o ano de 2011, por Departamentos.

**Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares -
2011**





MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

3.3.3. Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

Do PIDDAC contido na proposta de Orçamento do Estado para 2011, destaca-se o programa sob responsabilidade MDN/SCS com os projectos Construção de Navios de Patrulha Oceânicos (NPO), Construção de Navios de Combate à Poluição (NCP) e Construção de Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC), bem como o projecto Infra-Estruturas em Terra do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS/PO), pelo seu interesse a nível nacional.

Para além destes, aposta-se na continuidade de alguns projectos de importância significativa, tais como o Sistema Militar de Apoio à Autoridade Nacional de Protecção Civil, a cooperação com as Autarquias Locais, o Arquivo Histórico da Defesa Nacional e ainda a modernização do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea.

No quadro seguinte compara-se, por Departamentos, os montantes globais atribuídos, bem como o seu peso relativo:

[Em Euros]

Departamentos	Anos		Variação		Peso relativo	
	2010	2011	Valor	%	2010	2011
- MDN/SCS	16.700.000	11.332.000	-5.368.000	-32,14%	73,57%	65,13%
- EMGFA	0	68.000	68.000		0,00%	0,39%
- MARINHA	2.000.000	2.000.000	0	0,00%	8,81%	11,49%
- EXÉRCITO	2.000.000	2.000.000	0	0,00%	8,81%	11,49%
- FORÇA AÉREA	2.000.000	2.000.000	0	0,00%	8,81%	11,49%
TOTAL	22.700.000	17.400.000	-5.300.000	-23,35%	100,00%	100,00%

